

1 Ata nº860 da 13ª Sessão Ordinária 9ª Legislatura, 1ª Legislativa da Câmara Municipal de
2 Durandé, Estado de Minas Gerais na sua Sede Rua Antenor de Paiva Condé, 28 Bairro
3 Santa Edwiges aos dois dias de setembro de dois mil e vinte e cinco. A presidente Sirlei
4 Guerra Paiva, após cumprimentar seus pares, os que acompanham via rede social,
5 assessoria jurídica e demais presentes, solicita ao secretário Carlos Renato Schuenck que
6 faça a chamada dos Vereadores, constatando a presença de todos e havendo quórum
7 regimental, declarou aberta a presente sessão. A presidente convida a secretária ad hoc
8 desta sessão, Tainara Caetano para fazer a leitura da bíblia. Passa-se ao expediente do
9 dia, a ata foi enviada para os vereadores e entra em discussão, a ata entra em votação,
10 sendo aprovada por unanimidade. A presidente convida o excelentíssimo senhor
11 prefeito de Durandé, Renato Paiva para fazer o uso da tribuna. O Prefeito Municipal, Sr.
12 Renato Paiva, fez uso da tribuna, ocasião em que cumprimentou a Mesa Diretora, os
13 vereadores, autoridades militares, cidadãos presentes e aqueles que acompanhavam a
14 sessão pelas redes sociais. Em sua fala, apresentou inicialmente a prestação de contas
15 da 33ª FECALD, destacando o relatório da Polícia Militar, que registrou a realização do
16 evento de forma tranquila, sem ocorrências graves, acidentes ou transtornos relevantes,
17 avaliando-o como altamente satisfatório. O Prefeito detalhou as despesas da festa, que
18 somaram R\$ 1.201.418,97, incluindo custos com shows, rodeio, concurso leiteiro,
19 brigadistas, segurança e estrutura, e informou que a arrecadação totalizou R\$
20 696.093,39, oriundos de praça de alimentação, cotas de patrocínio, camarotes e show
21 de prêmios, nesse total de arrecadação, o Prefeito informou que a arrecadação da festa
22 considerou o pagamento do estacionamento realizado em dinheiro, pix e cartão,
23 totalizando um montante de 87.967,81, o que representou a cobertura de
24 aproximadamente 70% do valor investido, sendo o saldo remanescente parcelado para
25 pagamento em até 90 dias. Ressaltou a parceria com a Paróquia São Sebastião no show
26 de prêmios, que arrecadou cerca de R\$ 581.000, dos quais R\$ 210.488,40 foram
27 repassados líquidos à instituição, e enfatizou a transparência de todos os procedimentos
28 e o caráter familiar do evento, o Prefeito destacou que, toda despesa referente ao Show
29 de Prêmios foi integralmente custeado pela Prefeitura Municipal. Na sequência,
30 apresentou um balanço dos oito primeiros meses de sua gestão, destacando que as
31 principais ações até o momento foram realizadas com recursos próprios do município.
32 Citou a criação da Defesa Civil, do Codema, da comissão do TFD e do Banco de
33 Alimentos; a aquisição de novos veículos e recuperação da frota existente; a captação
34 de recursos estaduais e federais para saúde, educação, obras e habitação; a reforma e
35 ampliação de escolas e unidades de saúde; o recapeamento de ruas na sede e distritos;
36 a construção e recuperação de pontes e estradas; além de projetos em andamento para
37 laboratório de análises clínicas, aquisição de equipamentos hospitalares, implantação
38 de fábrica de pré-moldados, ampliação da coleta seletiva e implantação de novos
39 sistemas de abastecimento de água. Informou ainda a realização de 211 processos
40 licitatórios, todos com transparência, e anunciou obras já licitadas e programadas para
41 execução imediata, como asfaltamento de vias, revitalização de praças e construção de
42 ponte. Por fim, abordou o projeto de lei em tramitação referente às escolas desativadas,
43 justificando a medida diante da inviabilidade de manutenção de unidades com número
44 reduzido de alunos, do elevado custo para adequações legais e das recorrentes
45 denúncias de invasões e depredações em prédios abandonados. Destacou que a
46 proposta prevê a alienação de imóveis por leilão, mas que também poderá ser
47 considerada a cessão em comodato às comunidades interessadas, desde que

Renato Paiva

48 comprovada utilidade pública. Enfatizou que a intenção principal não é a venda, mas a
49 destinação adequada dos imóveis, eliminando custos desnecessários e problemas de
50 segurança. Encerrando sua fala, reafirmou a disposição da Administração em dialogar
51 com os vereadores e a população, buscando soluções pautadas na responsabilidade,
52 transparência e interesse público. O Vereador Antônio Ramos fez uso da palavra,
53 ocasião em que cumprimentou os presentes e parabenizou o Prefeito Municipal pela
54 prestação de contas da FECALD, destacando a transparência adotada na arrecadação,
55 especialmente no uso de meios eletrônicos de pagamento, como Pix e cartão, que
56 garantiram que os valores ingressassem diretamente nos cofres públicos. Ressaltou que,
57 em gestões anteriores, as prestações de contas apresentavam apenas as despesas, sem
58 detalhamento da receita obtida, o que, segundo ele, comprometia a clareza dos
59 resultados. Afirmou que a demonstração feita pelo Executivo comprova que é possível
60 conciliar a administração regular do município com a realização de eventos de grande
61 porte, sem prejuízos financeiros. O vereador destacou ainda a iniciativa da implantação
62 da fábrica de bloquetes e manilhas, recordando que já havia feito diversas indicações
63 nesse sentido, por compreender que a produção própria reduzirá consideravelmente os
64 custos para o município e ampliará a capacidade de investimento em calçamento e
65 infraestrutura. Em relação às escolas desativadas, o vereador lembrou que, em 2 de
66 agosto de 2024, apresentou indicação tratando da situação de unidades escolares rurais
67 abandonadas, que apenas geravam despesas ao município, mencionando à época
68 exemplos como a escola da Beira Rio e a do Arrependido. Observou que, naquele
69 momento, escolas como a do Córrego dos Paiva e do Córrego das Flores ainda se
70 encontravam em funcionamento, sendo esta última desativada apenas em 2025.
71 Justificou que a discussão atual em plenário, embora derivada de indicação de sua
72 autoria, materializou-se em projeto de iniciativa do Poder Executivo, razão pela qual
73 esclareceu à comunidade que o objetivo da emenda apresentada não é prejudicar as
74 localidades, mas oferecer alternativas viáveis. Explicou que a proposta de emenda prevê
75 a possibilidade de concessão em comodato das escolas às comunidades de Piedade,
76 Córrego das Flores, Andradas e Paiva, para que os próprios moradores assumam a
77 responsabilidade pelo uso e conservação dos imóveis, preservando a expectativa de
78 eventual reabertura caso haja aumento de demanda escolar. Pontuou que essa medida
79 evita prejuízos às comunidades e permite que imóveis em condições precárias, como os
80 das localidades de Beira Rio e Arrependido, que há muitos anos estão apenas gerando
81 gastos, sejam destinados a outras finalidades por meio de venda, proporcionando
82 moradia a famílias interessadas e garantindo melhor aproveitamento dos recursos
83 públicos. Finalizou reafirmando que o objetivo da proposta é racionalizar os bens
84 públicos sem comprometer o interesse coletivo. O Vereador Flávio André fez uso da
85 palavra cumprimentando a todos e registrando que não seria ainda o momento de se
86 discutir o projeto, visto que o mesmo entraria em votação em seguida. Lembrou,
87 entretanto, que já havia feito em plenário, na sessão passada, a indicação para retirada
88 da escola do Córrego das Flores, ocasião em que lhe foi concedida vista do projeto, e
89 destacou que, ainda que não integre a comissão, apresentou tal pedido por meio de
90 emenda no plenário. Agradeceu a solução encontrada, ressaltando que, com a retirada
91 das três escolas, sentia-se satisfeito. Justificou ainda a ausência de parte da comunidade,
92 devido à forte chuva que ocorria no momento. Na sequência, o Vereador Antônio Ramos
93 ressaltou que, quando da reunião da comissão, Flávio André havia solicitado vista do
94 projeto, mas sem apresentação de emenda, razão pela qual a comissão acabou por

95 apresentar a proposta em seu lugar, entendendo ser esta a forma adequada de resolver
96 a questão. A Presidente fez uso da palavra para parabenizar o Prefeito pela prestação
97 de contas e pela organização da festa, destacando a clareza com que foram expostos os
98 valores arrecadados e aplicados. Indagou se o Prefeito possuía também os dados
99 referentes às últimas edições da festa, mencionando que tais informações haviam sido
100 solicitadas em anos anteriores, mas não chegaram ao Legislativo. O Prefeito respondeu
101 afirmativamente, informando possuir os números de 2023 e 2024, os quais haviam sido
102 levantados previamente como parâmetro para a atual edição. Destacou ter ficado
103 surpreso com os dados, visto que, em 2023, o gasto totalizara R\$ 1.052.372,15, com
104 arrecadação de apenas R\$ 155.200, e, em 2024, as despesas chegaram a R\$ 1.110.000,
105 sem realização do concurso leiteiro, com arrecadação de apenas R\$ 125.000. Ressaltou
106 que, em contrapartida, a edição de 2025 conseguiu arrecadar quase R\$ 700.000,
107 resultado de uma gestão pautada em transparência e organização. A Presidente
108 agradeceu os esclarecimentos, ressaltando que a diferença entre a atual arrecadação e
109 a de anos anteriores era significativa, demonstrando uma gestão comprometida com o
110 uso correto dos recursos públicos. Parabenizou o Prefeito, o Vice-Prefeito e toda a
111 equipe envolvida na organização da festa. Em seguida, o Vereador Luciano fez uso da
112 palavra para cumprimentar a todos e também parabenizar o Prefeito, reforçando que,
113 em mandatos anteriores, os pedidos de prestação de contas jamais foram atendidos, e
114 agora a população podia acompanhar a transparência na aplicação dos recursos.
115 Aproveitou para agradecer a execução de serviços de saneamento e infraestrutura em
116 ruas da cidade, mencionando casos específicos em que moradores ficaram satisfeitos
117 com as melhorias. O Prefeito esclareceu que muitos serviços demandam tempo, pois
118 não podem ser realizados de imediato, e que a prioridade tem sido atender primeiro as
119 estradas principais e vias de maior fluxo. Explicou também que o município tem buscado
120 projetos e recursos para ampliar investimentos, mencionando, entre outros, o projeto
121 de saneamento básico, de custo estimado em R\$ 400.000, conquistado sem despesas
122 diretas para o município. O Vereador Antônio Ramos retomou a palavra para lembrar
123 que já em 2021 havia protocolado ofício junto à Secretaria de Meio Ambiente de Belo
124 Horizonte sobre a necessidade de tratamento de esgoto em Durandé, apontando o
125 saneamento básico como problema histórico de saúde pública no município. O Prefeito
126 acrescentou que, em Lajinha, o Prefeito responde pessoalmente com multa diária por
127 falta de tratamento de esgoto, e que Durandé, por integrar a bacia do Rio Doce, será
128 contemplada com recursos provenientes do acordo de Mariana, o que poderá viabilizar
129 investimentos no setor. O Vereador Júnior Breder também parabenizou a realização da
130 festa e questionou o Prefeito a respeito da demora em exames laboratoriais e da
131 situação do financiamento junto ao BDMG. O Prefeito explicou que o financiamento de
132 R\$ 1.750.000 já havia sido liberado, tendo sido utilizada parte do valor na aquisição de
133 uma retroescavadeira, mas que mantinha cautela para novas compras, em razão das
134 dívidas herdadas que ainda estavam sendo parceladas, como no caso de laboratórios
135 que prestavam serviços e estavam com pagamentos em atraso. Ressaltou que está em
136 andamento a criação de um laboratório de análises clínicas no município, além de
137 esforços para aquisição de raio-x, e que os atrasos atuais decorrem do pagamento
138 dobrado de dívidas passadas. O Vereador Carlos Renato, por sua vez, elogiou a postura
139 do Prefeito em apresentar as contas de forma clara, reafirmando que a função do
140 político é dar satisfação à população sobre receitas e despesas. Parabenizou ainda o
141 Executivo pela previsão de contratação de novos profissionais da saúde, em especial

Inf. ou

142 pediatras. O Prefeito complementou informando que também busca a contratação de
143 ginecologista, já havendo disponibilidade para tal. Ao final, o Prefeito agradeceu aos
144 vereadores, colocou-se à disposição e ressaltou a necessidade de continuidade dos
145 trabalhos, lembrando que a Câmara também tem importantes responsabilidades com a
146 revisão da Lei Orgânica e do Regimento Interno. A Presidente agradeceu sua presença,
147 reforçando que a Casa Legislativa estará sempre aberta ao diálogo. Leitura do parecer
148 do projeto de lei complementar número 020 de 25 de abril de 2025, que dispõe sobre a
149 diretriz para a elaboração da lei orgamentária para o exercício financeiro de 2026 e dá
150 outras providências. A presidente solicita que a secretária ad hoc, Tainara Caetano faça
151 a leitura do parecer do projeto. O parecer do projeto entra em discussão. O parecer
152 entra em votação. Sendo aprovado por unanimidade. O projeto entra em discussão. O
153 projeto entra em votação. Obtendo aprovação unânime. Na sequência, passou-se à
154 leitura do parecer do Projeto de Lei nº 038/2025, de 30 de julho de 2025, que autoriza
155 a alienação de bens imóveis pertencentes ao patrimônio público municipal e dá outras
156 providências. O parecer foi submetido à discussão. O Vereador Valdir fez uso da palavra
157 para cumprimentar a todos os presentes, bem como os que acompanhavam pelos meios
158 de comunicação, e esclareceu que não se posicionava contra o projeto em sua
159 totalidade. Ressaltou, entretanto, que seu questionamento se referia à emenda
160 apresentada, especialmente quanto à obrigatoriedade imposta às comunidades de
161 assumirem a responsabilidade de manutenção dos imóveis e de apresentarem proposta
162 de utilização no prazo de seis meses. A seu ver, tal responsabilidade seria excessiva para
163 comunidades com limitações estruturais e financeiras, motivo pelo qual manifestou-se
164 contrário à emenda. Propôs que as escolas fossem retiradas do projeto sem a obrigação
165 de manutenção por parte da comunidade, mas deixou registrado que não era contrário
166 à essência do projeto. Na sequência, o Vereador Antônio Ramos esclareceu que o
167 parecer foi dado de acordo com as comissões e explicou as razões que motivaram a
168 proposição. Relatou que nenhuma escola que havia sido desativada voltou a funcionar,
169 motivo pelo qual seria necessário oferecer às comunidades a oportunidade de deliberar
170 sobre sua utilização. Exemplificou com a escola de Andradas, desativada em 2016, e
171 mencionou que o município já arcou com custos significativos para manutenção de
172 prédios sem uso efetivo. Argumentou que a proposta não traria custos adicionais ao
173 Executivo e que a comunidade teria condições de usufruir do espaço, mantendo-o, caso
174 houvesse necessidade. Relembrou ainda que, em 2024, havia apresentado indicação
175 sobre a questão, destacando que sua intenção sempre foi evitar desperdícios e destinar
176 os recursos à educação, como a construção de quadras cobertas. A Vereadora Michele
177 também se manifestou, cumprimentando os presentes e registrando solidariedade à
178 posição do Vereador Valdir. Defendeu que cada comunidade deveria ser ouvida
179 previamente, por meio de reuniões, antes de se deliberar sobre o futuro das escolas,
180 considerando as limitações financeiras e estruturais de cada localidade. Ressaltou que a
181 responsabilidade de manutenção não poderia ser transferida de forma tão direta às
182 comunidades e solicitou vista do projeto para que tais diálogos fossem realizados. O
183 Vereador Pedro Bemfica afirmou ter sido favorável à preservação das escolas de
184 Andradas, Paiva e Córrego das Flores, justificando que se tratam de comunidades
185 organizadas, com igrejas e grupos ativos que poderiam utilizar os imóveis de forma
186 contínua. Defendeu que, nesses casos, é justo que haja responsabilidade pela manutenção.
187 Ressaltou que, em Andradas, além da escola, há iluminação, calçamento e a estrutura
188 serve inclusive para a comunidade local. Pediu esclarecimento jurídico sobre o

189 funcionamento da emenda em relação à retomada dos imóveis após o prazo. Atendendo
190 ao pedido, o Dr. Rhodrigo, assessor jurídico, explicou que a emenda concedia às
191 comunidades das três escolas mencionadas o prazo de seis meses para apresentarem
192 projeto de utilização dos imóveis. Caso não houvesse manifestação, a Prefeitura estaria
193 autorizada a proceder com a alienação. Entretanto, caso a comunidade apresentasse
194 projeto e o imóvel fosse utilizado, eventual venda somente poderia ocorrer mediante
195 novo projeto de lei submetido à apreciação e aprovação da Câmara Municipal. O
196 Vereador Valdir reiterou a dúvida, confirmando com o assessor jurídico que, em caso de
197 ausência de manifestação no prazo de seis meses, o Executivo estaria autorizado a
198 vender os imóveis. O Dr. Rhodrigo confirmou, destacando que, havendo manifestação e
199 utilização efetiva, qualquer venda dependeria de novo projeto e aprovação legislativa.
200 O Vereador Flávio André, por sua vez, declarou solidariedade à emenda proposta por
201 Valdir e lembrou que havia apresentado sugestão semelhante em sessão anterior,
202 mas sem compreender corretamente o alcance das medidas. Agradeceu à Presidente
203 pela concessão de vista, ressaltando a importância desse instrumento para melhor
204 análise. Informou que, em pouco tempo, foi colhido abaixo-assinado com 71 assinaturas
205 contrárias à venda, apesar da dificuldade de mobilização devido às chuvas. Declarou-se
206 contrário ao projeto de forma geral, por entender que bens doados com finalidade
207 pública não deveriam ser alienados, mas devolvidos aos doadores originais caso não
208 fossem mais utilizados. Destacou especialmente a situação da escola do Córrego das
209 Flores, que a seu ver deveria estar funcionando, pois ainda existiam alunos e
210 possibilidades de manutenção. Reafirmou que votaria contra o projeto, defendendo
211 que, se necessário, fosse concedida nova vista para ampliar o debate com a
212 comunidade. Durante a discussão do Projeto de Lei nº 038/2025, a Vereadora Michelle
213 solicitou pedido de vista. A Presidente, entretanto, indeferiu o pedido, justificando que
214 vista já havia sido concedida ao Vereador Flávio André na sessão anterior e que,
215 decorrido o prazo, nenhuma emenda fora apresentada. Ressaltou ainda que as emendas
216 atualmente em análise foram propostas em comissão, e que não seria razoável
217 prolongar indefinidamente a tramitação do projeto. A Presidente fez críticas à postura
218 de alguns parlamentares que, segundo ela, questionavam apenas determinados
219 imóveis, embora outras escolas, como as de Beira Rio e São Sebastião, estivessem
220 abandonadas há mais de dez anos sem terem sido alvo de debates semelhantes.
221 Defendeu que o objetivo da proposta era otimizar os recursos da educação, priorizando
222 qualidade em detrimento da quantidade de prédios desativados. Na sequência, a
223 Vereadora Michelle reiterou seu posicionamento, afirmando que sua defesa não era
224 contrária ao Executivo nem à gestão atual, mas que entendia ser necessário ouvir as
225 comunidades diretamente afetadas, já que estas também têm voz e precisam ser
226 respeitadas. Destacou que estava apenas exercendo sua prerrogativa parlamentar, sem
227 desprezar a Presidência ou qualquer colega. O momento foi marcado por tensões no
228 plenário, com interrupções e manifestações simultâneas. A Presidência advertiu sobre
229 a necessidade de ordem e chegou a mencionar a possibilidade de acionar a autoridade
230 policial presente. Após breve tumulto, a palavra foi restituída à Vereadora Michele, que
231 concluiu pedindo serenidade e respeito recíproco entre os vereadores, reforçando sua
232 defesa do diálogo com as comunidades. Em seguida, o Vereador Luciano interveio,
233 observando que a decisão sobre a concessão de vista cabia unicamente à Presidente.
234 Ressaltou que o projeto trazia uma solução equilibrada, com emendas que não
235 prejudicariam as comunidades, e defendeu que a atual gestão representava um "novo

Inf. seu

236 tempo" em Durandé, com maior compromisso com transparência e melhorias
237 estruturais. Novamente com a palavra, a Vereadora Michelle refutou a interpretação de
238 que estaria tentando prejudicar a gestão municipal, lembrando que havia apoiado
239 diversos projetos de interesse coletivo. Frisou que sua postura era de responsabilidade
240 e de independência, votando de acordo com sua consciência e com aquilo que julgasse
241 benéfico para o município. O Vereador Flávio André também reforçou que seu
242 posicionamento contrário ao projeto era um direito legítimo de voto, destacando que
243 sua crítica não se dirigia a vereadores, mas à essência da matéria. Relembrou que
244 escolas como a do Córrego das Flores não precisariam ser desativadas e poderiam
245 perfeitamente continuar em funcionamento. Defendeu que bens doados para uso
246 público não deveriam ser alienados, mas devolvidos aos doadores originais em caso de
247 desuso. Na sequência, houve novo contraponto do Vereador Luciano, que reiterou ter
248 testemunhado em legislaturas passadas o estado precário das escolas e que não se
249 tratava de culpabilizar vereadores atuais, mas de registrar fatos ocorridos. Diante da
250 continuidade das divergências, o Vereador Carlos Renato interveio, solicitando foco na
251 votação e no mérito do projeto, lembrando que cada vereador tinha direito a seu voto
252 e que discussões de cunho eleitoral não deveriam pautar o debate. O Vereador Pedro
253 Benfica concordou, reforçando que a sessão deveria se concentrar no projeto e não em
254 disputas políticas. O Vereador Carlos Renato concluiu destacando que o projeto oferecia
255 uma solução prática, estabelecendo o prazo de seis meses para que as comunidades se
256 manifestassem. Caso não houvesse manifestação, caberia à Câmara deliberar
257 novamente em momento oportuno. Defendeu o encerramento da discussão e a
258 deliberação imediata do projeto. Na sequência dos trabalhos, a Presidente colocou em
259 votação o parecer referente ao Projeto de Lei nº 038/2025. Submetida a apreciação
260 plenária, restou aprovado, registrando-se votos contrários dos Vereadores Michele,
261 Flávio André e Valdir. Em seguida, o mérito do projeto foi igualmente colocado em
262 votação, sendo aprovado pelo plenário, também com os votos contrários dos referidos
263 vereadores. Prosseguindo a pauta, foi realizada a leitura do Projeto de Lei nº 039/2025,
264 de 19 de agosto de 2025, que dispõe sobre a cessão de um servidor à Polícia Militar e
265 dá outras providências, sendo o mesmo encaminhado à Comissão de Finanças, Justiça,
266 Legislação e Orçamento. Na sequência, procedeu-se à leitura do Projeto de Lei nº
267 040/2025, de 26 de agosto de 2025, que trata da criação da Escola Municipal de Ensino
268 Fundamental Celina de Oliveira Knaip, o qual foi encaminhado tanto à Comissão de
269 Finanças, Justiça, Legislação e Orçamento, quanto à Comissão de Cultura, Assistência
270 Social, Saúde e Educação. Foi lido, ainda, o Projeto de Lei nº 041/2025, também de 26
271 de agosto de 2025, que altera a Lei Municipal nº 521, de 05 de junho de 2013, bem como
272 o Anexo IV da Lei Municipal nº 638, de 08 de fevereiro de 2017, e dá outras providências.
273 O referido projeto foi igualmente destinado às comissões competentes para análise. Na
274 sequência, deu-se leitura ao Projeto de Lei nº 042/2025, de 28 de agosto de 2025, que
275 dispõe sobre o Orçamento Anual do Município de Durandé para o exercício financeiro
276 de 2026, sendo encaminhado à Comissão de Finanças, Justiça, Legislação e Orçamento.
277 Também foi lido o Projeto de Lei nº 043/2025, de 28 de agosto de 2025, que institui o
278 Plano Plurianual do Município de Durandé para o quadriênio 2026 a 2029, encaminhado
279 à Comissão de Finanças, Justiça, Legislação e Orçamento. Na sequência, foi apresentado
280 o Projeto de Lei nº 044/2025, de 29 de agosto de 2025, de autoria do vereador Antônio
281 Ramos, que revoga a Lei Municipal nº 408/2008 e autoriza a realização de novo concurso
282 público para criação do Hino Oficial do Município de Durandé, dispondo sobre diretrizes,

283 comissão julgadora, premiação, execução obrigatória e demais providências. O projeto
284 foi encaminhado à Comissão de Finanças, Justiça, Legislação e Orçamento, bem como à
285 Comissão de Cultura, Assistência Social, Saúde e Educação. Ao final, a Presidente
286 registrou cobrança quanto à pontualidade dos membros das comissões, salientando que
287 a reunião sofreu atraso superior a 15 minutos em razão do prolongamento dos trabalhos
288 das comissões. Em seguida, solicitou à secretária a leitura de convite encaminhado pela
289 Câmara Municipal de Manhuaçu para o encontro em comemoração ao Dia do Vereador.
290 Na parte final da sessão, a Presidente declarou a palavra livre aos vereadores que
291 quisessem se manifestar. Deu-se início com o vereador Valdir, que registrou pedido de
292 desculpas pelos excessos ocorridos ao longo dos debates, salientando que o papel dos
293 vereadores é legislar, representar e debater, mas sempre com respeito, sem ofensas ou
294 baixarias. Fundamentou suas palavras em trechos bíblicos, lembrando que a língua
295 possui poder de vida e morte, e que cabe aos representantes públicos o exercício do
296 domínio próprio e da sabedoria. Ressaltou a importância do exemplo que a Câmara deve
297 dar à sociedade e prestou homenagem ao ex-vereador Elias, que após cinquenta anos
298 dedicados ao município, entre os quais oito como vereador e cerca de trinta como
299 servidor público, mudando-se agora para Belo Horizonte, não pôde estar presente, mas
300 deixou mensagem de agradecimento à Casa e à comunidade. Valdir destacou o legado
301 de Elias e de outros gestores e vereadores que marcaram a história política e
302 administrativa de Durandé, pedindo reconhecimento e respeito à contribuição de cada
303 um. Em seguida, fez uso da palavra o vereador Carlos Renato, que reforçou a
304 necessidade de respeito mútuo, mesmo em meio às divergências partidárias ou de
305 opinião. Ressaltou que cada vereador possui seu voto e sua consciência e que, ainda que
306 não seja possível agradar a todos, é indispensável manter a consideração pelo próximo.
307 Declarou que suas decisões são pautadas pela sua convicção e responsabilidade,
308 pedindo sempre a Deus sabedoria para que suas palavras sejam bem colocadas e não
309 mal interpretadas pela população. Na sequência, a vereadora Michelle também se
310 manifestou, alinhando-se às palavras do vereador Valdir e pedindo desculpas, em
311 especial à Presidente e à população, por eventuais excessos em sua fala durante os
312 debates. Afirmou que seu propósito jamais é ofender, mas contribuir com respeito e
313 responsabilidade, lembrando que todos os vereadores são autoridades e espelhos para
314 a comunidade que os elegeu. Reiterou que divergências são naturais, mas devem
315 sempre ser tratadas com consideração recíproca. Encerradas as manifestações, a
316 Presidente declarou não haver mais nada a tratar, encerrando a sessão ordinária. Foram
317 registrados agradecimentos aos vereadores, ao público presente, à população que
318 acompanhou pelos meios de comunicação e à Polícia Militar pela presença. Solicitou
319 ainda que os vereadores procedessem à assinatura do livro de presença, além de que
320 eu, Carlos Renato Schuenck, na condição de Secretário da Mesa Diretora, lavra-se a ata
321 desta sessão.

Carlos Renato Schuenck